

# ENTENDIMENTO SOBRE A CONCEPÇÃO DE MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS<sup>1</sup>

Vitor Sergio de Almeida  
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)  
vitor.sergio@uemg.br

Magna França  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
magnafrn@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Dentro da temática das políticas públicas, sob a ênfase na educação, o presente estudo discute a concepção de “materialização” das ações públicas. A objetivação central está na explicação da concepção de materialização das políticas, bem como analisar, se no campo educacional, o Estado busca materializar as iniciativas geradas por ele.

Sobre o arcabouço metodológico, esse trabalho é resultado das pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa em Gestão, Trabalho e Políticas em Educação (GesTraPol), centradas nas publicações de Almeida (2019), Almeida (2023), Almeida e Leão (2023) e Almeida e Matos (2023), as quais carregam, essencialmente, uma abordagem quantitativa e qualitativa, a qual foi embasada por questionários aplicados perante aos alunos e professores da Educação Básica pública, em Ituiutaba, Minas Gerais. Agrega-se ainda as pesquisas bibliográfica e documental, sendo que no bojo dos documentos, há o uso, por exemplo, da Lei nº 13.415 de 2017 (da Reforma do Ensino Médio), Lei nº 12.711, de 2012 (das Cotas) e Lei nº 11.738, de 2008 (Piso Salarial Profissional Nacional). No referencial bibliográfico, o embasamento pilar está em Höfling (2021).

## A CONCEPÇÃO DE MATERIALIZAÇÃO

Assevera-se que as políticas públicas se constituem em iniciativas (vitais) a fim de que os cidadãos tenham acesso aos direitos, especialmente, os sociais e, por consequência, para a construção de uma sociedade com mais equidade e justiça socioeconômica, política, artístico-cultural, sanitária. Reitera-se que a concepção de

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida sob o Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ), edital 10/2022, com financiamento da Universidade do Estado Minas Gerais (UEMG), entre março de 2023 e março de 2024.

políticas é sinônima de positividade, ou seja, de geradora de bem-estar para a sociedade. O vocábulo “políticas” é apresentado no plural (e não no singular) sob o argumento que uma sociedade não se desenvolve a partir de uma (única) ação pública, tornando-se elementar reconhecer e valorizar os diversos e ecléticos campos existentes, sejam eles, por exemplo, na(o): saúde, segurança, moradia, previdência, arte, lazer. Evidentemente que o valor atribuído a cada um pode ser distinto, variando conforme a necessidade dentro de um referido contexto.

Defende-se que para a consecução (no sentido mais positivo possível) das políticas é preciso ir além do processo de criação, publicização e ou de promover uma formação tecnicista e acrítica. Trata-se de enveredar na materialização, dando relevo às iniciativas de formação crítica perante os cidadãos (ALMEIDA; LEÃO, 2023). É propiciar sentido às questões basilares de compreensão, exemplificadamente, como o(s): motivo da ação existir, grupo atendido pela iniciativa, porquê dele ser atendido, benefícios imediatos e longínquos a serem gerados, investimento financeiro e material, ente responsável pela criação, efetivação e acompanhamento, as maneiras de acompanhamento. Para Höfling, (2001, p. 30) não basta a elevação de roteiros ou modelos de criação de políticas públicas, torna-se necessário o aprofundamento sobre a teoria, buscando conhecer “as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos de avaliação aplicados, em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer”, dessa forma, será estabelecido uma relação formativa entre as políticas e a população contemplada por elas. Quanto mais materializada é uma política, maiores são as chances dela ser acompanhada pelos (próprios) cidadãos e, conseqüentemente, de gerar positivities. Höfling (2001) refere-se ao envolvimento existente entre as políticas e o público-alvo de “questões de fundo” e em relação, especificamente, à política educacional afirma que:

Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação (HÖFLING, 2001, p. 39).

Enfatiza-se que as ações de materialização devem compreender todo o público envolvido, isto é, elas precisam ser universalizadas, assim, não excluindo nenhum cidadão, propiciando o pleno e amplo acesso às políticas, enfim, quando não se contempla

a totalidade, já há um efeito excludente (ALMEIDA; LEÃO, 2023).

No caso das políticas educacionais, faz-se necessário que a comunidade educativa (gestores, professores, técnicos/especialistas, estudantes, familiares, vizinhos da unidade educacional) tenha um contato direto com elas, envolva-se, seja parte da formação, entenda os processos e contextos, sinta-se acolhido e contemplado pelas ações. Para Höfling (2001, p. 39) “a relação entre sociedade e Estado, o grau de distanciamento ou aproximação, as formas de utilização ou não de canais de comunicação entre os diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos” determinam os resultados a serem alcançados pelas políticas.

Almeida e Leão (2023) citam como exemplo de políticas não materializadas a Reforma do Ensino Médio em que 50,7% dos alunos do próprio Ensino Médio não tiveram contacto formativo com a nova proposta. Já Almeida (2023) explana que 50,7% dos concluintes do Ensino Médio público desconhecem as Cotas. Outro exemplo de práticas não materializadas, centrada nos docentes, é o Piso, o qual é desconhecido por 18% dos professores (ALMEIDA; MATOS, 2023). Diante disso, percebe-se que sem as concepções formativas, especialmente, por parte do Estado, uma vez que ele é o proponente dessas três leis, junto à comunidade educativa, essas políticas não são ressignificadas, não leva ao envolvimento/participação do público, mantem o *status quo*, não gerando plenas benesses (ALMEIDA, 2019).

Por fim, para conhecer a real intenção do propositor das políticas não se deve observar o ponto de criação, nem os resultados em estado bruto, e sim analisar o que ele fez e faz para a materialização das ações (ALMEIDA, 2019).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O pensamento soberano é que o Estado precisa ser mais atuante nas escolas no tocante à materialização das políticas educacionais, todavia, mais atuante não significa gerar burocracia ou fiscalização do trabalho, e sim promover o aparato formativo das políticas. A ausência das “questões de fundo” é desacreditar a própria política, usurpar do cidadão envolvido um direito social, agir desmazeladamente perante as causas públicas (HÖFLING, 2001).

Portanto, para que as políticas educacionais sejam, realmente, agentes de bem-estar, precisa-se que o público alvo passe a ressignificá-las para o próprio contexto,

enfim, que ele as entenda não de forma superficial, e sim de modo formativo e crítico.

## REFÊRENCIAS

ALMEIDA, Vitor Sergio de. **Políticas de avaliação externa no Ensino Médio: O Enem sob a perspectiva de discentes e docentes da escola pública**. 2019. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27287> Acesso em: 21 jun. 2023.

ALMEIDA, Vitor Sergio de. A Lei de Cotas: Entendimento e percepção dos estudantes concluintes do Ensino Médio de escolas públicas estaduais de Ituiutaba-MG. **FUCAMP Cadernos**, v. 22, p. 169-190, 2023. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2957> Acesso em: 14 nov. de 2023.

ALMEIDA, Vitor Sergio de; LEÃO, Fernanda Martins. A materialização da Reforma do Ensino Médio perante os estudantes de escolas públicas estaduais de Ituiutaba, Minas Gerais, em 2022, no ano de implantação da referida política. In: SOUZA, Alex Cristiano de; RODRIGUES, Fernanda Fernandes dos Santos; TIZZO, Vinícius Sanches; ALMEIDA, Vitor Sergio de (org.). **Entre saberes e fazeres: contributos acadêmicos e sociais da pesquisa educacional**. Monte Carmelo, MG: Editora FUCAMP, 2023. p. 155-181. Disponível em: [https://www.unifucamp.edu.br/wp-content/uploads/2023/05/Livro\\_UEMG\\_Pedagogia-3.pdf](https://www.unifucamp.edu.br/wp-content/uploads/2023/05/Livro_UEMG_Pedagogia-3.pdf) Acesso em: 14 nov. de 2023.

ALMEIDA, Vitor Sergio de; MATOS, Fernanda Leticia Medeiros de. **As consequências da precarização do trabalho docente, sob os professores do Ensino Fundamental I, no bojo da falta de concurso, baixa remuneração e alta carga de trabalho**. Trabalho de Conclusão de Graduação. UEMG. 2023.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, Campinas, v.21, n.55, p.30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 12 jun. 2023.